

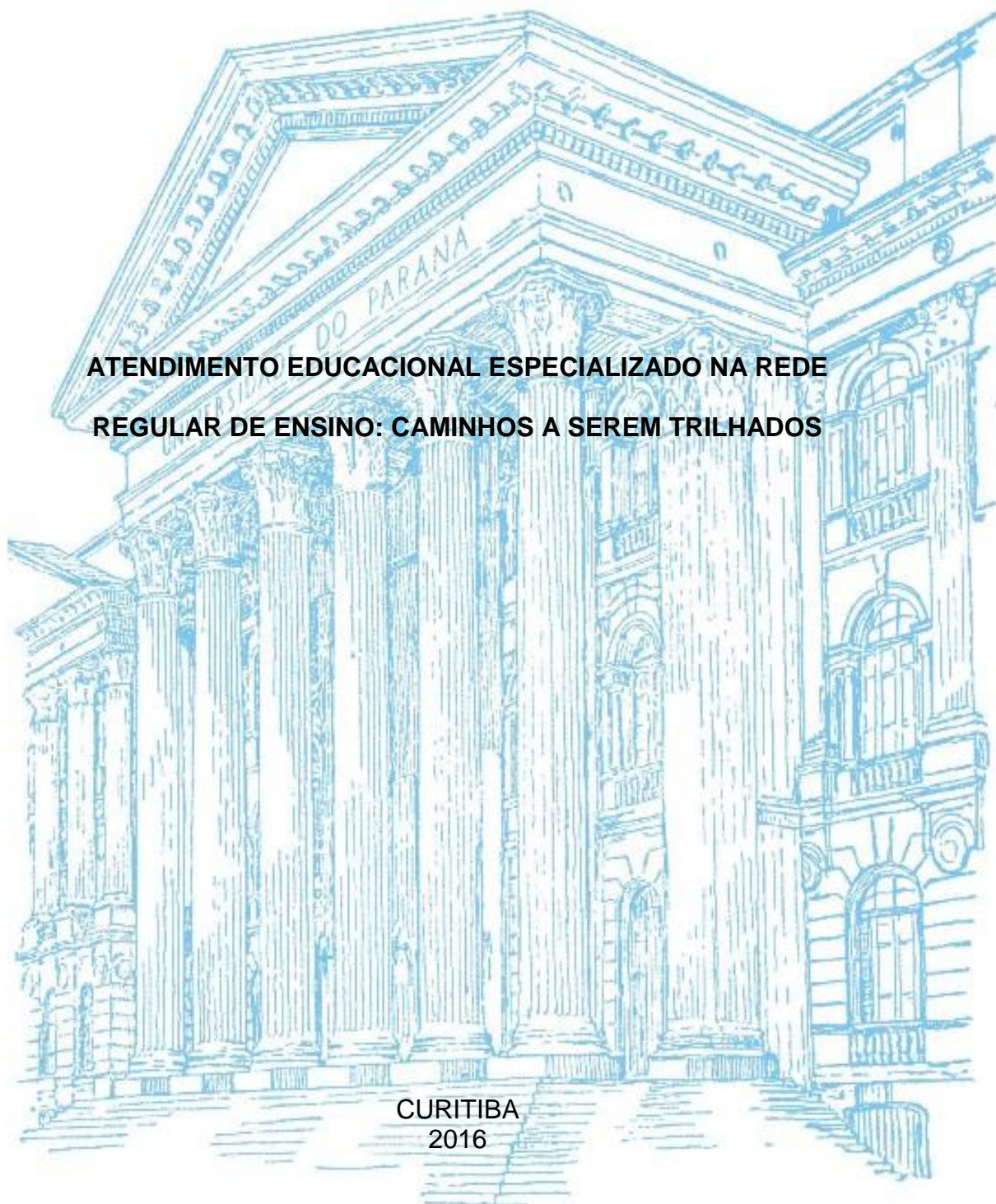
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

MARLENE DE SOUZA

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA REDE
REGULAR DE ENSINO: CAMINHOS A SEREM TRILHADOS**

CURITIBA
2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

MARLENE DE SOUZA

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA REDE REGULAR DE
ENSINO: CAMINHOS A SEREM TRILHADOS**

Trabalho apresentado como requisito a obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Professora Ma. Jokasta Pires Vieira Ferraz

CURITIBA
2016

Atendimento Educacional Especializado na Rede Regular de Ensino: Caminhos a serem Trilhados

Marlene de Souza*

RESUMO

O presente artigo buscará refletir sobre a importância da articulação do trabalho pedagógico realizado pelos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) atuantes nas Salas de Recursos Multifuncional (SRM), professores da sala comum e os integrantes da equipe pedagógica, tendo em vista o atendimento dos alunos com deficiência (física, intelectual, visual, auditiva, múltipla), Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação (AH/SD), inclusos na rede regular de ensino, garantindo-lhes oferta de educação com qualidade. Buscar-se-á através da pesquisa bibliográfica reunir elementos que fundamentam a (re) organização do trabalho pedagógico de maneira a promover o estabelecimento de ações pedagógicas que possibilitem o desenvolvimento de um trabalho coletivo envolvendo não só os professores do AEE, mas também os professores da sala comum e os profissionais atuantes na equipe pedagógica, procurando a partir daí buscar a efetivação da Inclusão Escolar e com isso, a garantia não só do acesso de todos à educação, mas também de sua permanência e seu sucesso na escolarização, tendo em vista que a escola é o local onde os diferentes grupos se encontram, interagem e convivem entre si, fazendo-se necessário a promoção de um olhar mais humanizado sobre esses sujeitos, visto que, precisamos reconhecer e respeitar as diferenças ali existentes, mobilizando os demais para tal convívio.

Palavras-chave: Inclusão, atendimento educacional especializado, articulação.

*Artigo produzido pela aluna Marlene de Souza do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora Jokasta Pires Vieira Ferraz. E-mail: marlenesouza@seed.pr.gov.br

ABSTRACT

This article will seek to reflect on the importance of coordination of the pedagogical work of the teachers of the Educational Service Specialist (AEE) working in the Multifunctional Resource Rooms (SRM), common room of teachers and members of the teaching staff, with a view to meeting the students with disabilities (physical, intellectual, visual, auditory, multiple), Pervasive Developmental Disorders (PDD) and high abilities/giftedness, included in the regular school system, guaranteeing their delivery of education quality. will look up through the literature together elements supporting the (re) organization of educational work in order to promote the establishment of educational activities to enable the development of a collective effort involving not only the teachers of the ESA, but also teachers the common room and the professionals working in the teaching staff, looking from there to seek the realization of the School Inclusion and thereby ensuring not only access for all to education, but also of its permanence and its success in education, with a view that school is the place where different groups meet, interact and coexist with each other, making it necessary to promote a more humane look at these subjects, since we need to recognize and respect there differences, mobilizing others to such

Key words: Inclusion, specialized educational services, joint.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos muito se tem falado em inclusão escolar dos alunos com deficiência, TGD e AH/SD na rede regular de ensino, estando tais direitos assegurados por lei, dentre as quais citamos: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994), a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB), a Declaração Internacional de Montreal Sobre Inclusão baseada no artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a partir da qual promulgou-se no Brasil o Decreto de nº 3.956 de 8 de outubro de 2001 que trata da Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência. Todavia, apesar dos anos e das muitas discussões em torno do assunto, muito ainda precisa ser feito para que de fato tenhamos uma educação que realmente atenda a todos, pois não raro, vemos nossas crianças e adolescentes sofrer as

consequências de uma inclusão que não leva em consideração suas necessidades reais, limitando assim sua aprendizagem.

A indiferença às diferenças está acabando, passando da moda. Nada mais desfocado da realidade atual do que ignorá-las. Nada mais regressivo do que discriminá-las e isolá-las em categorias genéricas, típicas da necessidade moderna de agrupar os iguais, de organizar pela abstração de uma característica qualquer, inventada, e atribuída de fora. (MANTOAN, p. 22, 2006.)

Pensando a escola como o local onde os diferentes grupos se encontram, interagem e convivem entre si, faz-se necessário a promoção de um olhar mais humanizado sobre esses sujeitos, visto que, precisamos respeitar as diferenças ali existentes, reconhecê-los como seres de e da história, dotados não só de deveres, mas também de direitos, mobilizando os demais para tal convívio.

O mundo mudou, a sociedade sofreu grandes transformações, as quais estão presentes no cotidiano escolar, como por exemplo, a universalização do ensino, momento a partir do qual a escola passou a receber um contingente cada vez maior de alunos, pertencentes aos mais diferentes grupos presentes na sociedade brasileira, possuidores de culturas, ideologias, sonhos, expectativas, ritmos e formas de aprendizagem as mais diversificadas, não sendo mais possível que a escola continue a trabalhar com aquela ideia de outrora, de uma escola idealizada, com alunos também idealizados, isto é, alunos que se adequam aos padrões estabelecidos pela escola. Precisamos nos preparar com a maior urgência possível para os tempos que se nos apresentam, a fim de melhor atender nossos alunos, reconhecendo suas limitações, anseios e expectativas.

Na verdade resiste-se à inclusão escolar porque ela nos faz lembrar que temos uma dívida a saldar em relação aos alunos que excluímos pelos motivos mais banais e inconsistentes, apoiados por uma organização pedagógico-escolar que se destina a alunos ideais, padronizados por uma concepção de normalidade e de eficiência arbitrariamente definida. (MANTOAN, p. 25, 2006.)

A educação constitui um dos direitos fundamentais da pessoa humana e, como tal é parte integrante do conjunto dos direitos sociais, compreendendo um bem público subjetivo que precisa ser garantido a todas as pessoas

indistintamente, função esta que de acordo com o estabelecido na Constituição Federal de 1988 e na LDB de 1996 caberá ao Estado, família e sociedade, de modo a assegurar não só o acesso e permanência nos bancos escolares dos mais diferentes sujeitos, mas também seu sucesso nas atividades escolares.

No que tange à efetivação da inclusão escolar na rede regular de ensino, devemos organizar e garantir momentos de estudo, reflexão e troca de experiências envolvendo os professores do AEE, professores das salas de aula comum e equipe pedagógica de maneira a proporcionar a todos os conhecimentos básicos para o melhor atendimento dos alunos de inclusão, possibilitando assim uma melhor articulação do trabalho pedagógico desenvolvido, tornando-o mais coeso e comprometido com o processo de ensino e aprendizagem.

Precisamos aprender a lidar com as diferenças existentes no ambiente escolar, aprender a reconhecer não só as limitações dos alunos com deficiência, TGD e AH/SD, mas também as nossas, buscando cotidianamente o preparo e a especialização profissional que nos possibilite um melhor atendimento a este alunado, pois os mesmos são indivíduos com direitos, sonhos, esperanças, expectativas e capacidades que necessitam ser desenvolvidas e, para tanto, precisam ter suas habilidades bem trabalhadas, fazendo-se necessário repensar e reorganizar a articulação do trabalho pedagógico desenvolvido na escola.

Com base nos aspectos levantados como sendo de fundamental importância para a melhor articulação do trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores das SRM, professores da sala regular e integrantes da equipe pedagógica, o presente artigo apresenta logo após a introdução, a revisão de literatura, onde explicitamos a metodologia utilizada na seleção das referências e as principais ideias dos autores, o terceiro ponto constitui-se da análise das informações coletadas e apresentação dos resultados desta pesquisa e quais os caminhos percorridos para se chegar às informações nele expostas e, finalmente o quarto ponto do artigo apresenta as considerações finais, sintetizando as ideias centrais e apontando elementos para a continuidade da pesquisa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Para o desenvolvimento deste artigo realizou-se pesquisa bibliográfica, que segundo Biazin (2016) corresponde à análise da literatura, já publicada, sobre o assunto pesquisado, através dos diferentes meios de comunicação, artigos, livros, Legislação, revistas científicas, entre outros, os quais possibilitarão ao pesquisador o contato com todo o conhecimento disponível, permitindo-lhe compreender o fenômeno a partir de múltiplas perspectivas.

Inicialmente foi realizado o levantamento bibliográfico da Legislação existente, artigos e livros abordando a temática estudada como meio de instrumentalizar a observação do cotidiano escolar, bem como de fundamentar teoricamente a análise dos dados observados, buscando maneiras de melhor articular o trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores da SRM, das salas regulares e integrantes da equipe pedagógica.

Após o levantamento e escolha da bibliografia a ser utilizada, realizamos a leitura e análise de quatro artigos referentes à temática proposta, sendo eles: “Professores do Atendimento Educacional Especializado e a Organização do Ensino para o Aluno com Deficiência Intelectual” elaborado por Fantacini e Dias (2015); “Professores de AEE e Professores de Sala de Aula Regular: Articulações, Avaliações e Efeitos sobre o Ensino-Aprendizagem de Alunos Incluídos”, elaborado por Pinheiro e Duarte (2014); “O Professor da Educação Especial do Município de Pinhais Frente ao Trabalho das Salas de Recursos Multifuncionais: A Efetivação do Atendimento Educacional Especializado – AEE” de Rocha (2011); “Relação do Atendimento Educacional Especializado no e com o Ensino Regular: Uma Parceria mais que Especial” de autoria de Mayca (2011).

Em “Professores do Atendimento Educacional Especializado e a Organização do Ensino para o Aluno com Deficiência Intelectual”, Fantacini e Dias, buscam trabalhar com a valorização do trabalho educativo destinado aos alunos com deficiência intelectual na rede regular de ensino, a importância da articulação dos professores da sala regular com os professores da SRM, trazendo os benefícios das relações desenvolvidas a partir da inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino.

Pinheiro e Duarte no artigo “Professores de AEE e Professores de Sala de Aula Regular: Articulações, Avaliações e Efeitos sobre o Ensino-Aprendizagem de Alunos Incluídos”, empenham-se em analisar as relações pedagógicas dos professores das classes regulares e os das SRM, propondo-se a analisar os entraves dessa relação e dar-lhes um direcionamento, possibilitando-nos o contato com informações a respeito da organização da educação inclusiva para o atendimento do aluno com deficiência intelectual nos diferentes espaços educacionais das escolas comuns (sala de aula regular e SRM), assim como, a percepção dos professores especialistas sobre as condições de ensino organizadas para estes alunos. Apresentam ainda, mesmo que de forma sucinta, o problema de uma região carente de recursos materiais e humanos em quantidade e qualidade suficientes, para o desenvolvimento de um trabalho inclusivo que de fato garanta a todos uma educação de qualidade.

O terceiro artigo “O Professor da Educação Especial do Município de Pinhais Frente ao Trabalho das Salas de Recursos Multifuncionais: A Efetivação do Atendimento Educacional Especializado – AEE”, Rocha procura analisar a efetivação e o nível do AEE nas SRM do Município de Pinhais, os avanços alcançados e os ainda necessários, assim como, a diversidade de situações que envolvem o tema em questão, tendo em vista as peculiaridades existentes entre as comunidades, as escolas e os sujeitos que as constituem.

E por último o artigo “Relação do Atendimento Educacional Especializado no e com o Ensino Regular: Uma Parceria mais que Especial” de autoria de Mayca (2011), nos proporcionou a detecção de desafios ainda existentes para a efetivação da inclusão escolar de maneira que garanta a todos os alunos, com ou sem deficiência, o acesso à aprendizagem de qualidade, sendo necessário para tanto a parceria entre o Ensino Regular e a Educação Especial, tendo em vista, a promoção do processo de ensino e aprendizagem. Traz questionamentos bastante relevantes e que servirão para pesquisas futuras, entre os quais citamos: Como garantir a aprendizagem de alunos com e sem deficiência no espaço escolar?; Como desenvolver ações e interações entre o ensino especial e o regular de forma a favorecer a Educação Inclusiva?; Como os professores do Ensino Especial e do Regular podem pensar e elaborar juntos um currículo comum para todos?

Dando continuidade aos estudos, realizamos a leitura dos documentos legais considerados de fundamental importância para a fundamentação teórica, entre eles: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994), a Constituição Federal de 1988, LDB nº9394/96, a Declaração Internacional de Montreal Sobre Inclusão (2001), Decreto de nº 3.956 de 8 de outubro de 2001, Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2010), a Lei nº 13.146, de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, entre outros, já que apresentam, proclamam e defendem o direito de todos os cidadãos à educação, assegurando o respeito às especificidades de aprendizagem apresentadas pelos mais diferentes sujeitos, reconhecendo ainda a importância de garantir-lhes não só o acesso, mas também a permanência e sucesso nos bancos escolares.

Contamos ainda com as contribuições dadas por: Stainback & Stainback (1999) com o livro *Inclusão: um guia para educadores*, através do qual nos apresentam esclarecimentos importantes sobre a inclusão escolar, levando-nos a romper com antigas concepções, buscando a partir daí a construção de um novo olhar em relação ao tema em discussão e, Mantoan (2006) em seu livro *Inclusão escolar: Pontos e contrapontos*, onde nos apresenta a necessidade da reorganização da escola a partir da busca de novos conhecimentos e da adoção de novas metodologias e práticas educativas que promovam a inclusão escolar dos mais diferentes sujeitos.

Diante da leitura e análise do material selecionado referente ao tema aqui em estudo, evidenciou-se que pensar e falar em inclusão escolar requer que antes façamos um breve estudo sobre a visão histórica da compreensão que se tinha em relação ao que era deficiência, pois, como bem sabemos longo foi o caminho trilhado pela humanidade até chegarmos ao momento atual em que, apesar de não estarmos no patamar desejado, precisamos reconhecer que muitos foram os avanços conquistados no que diz respeito aos direitos da pessoa com deficiência em nossa sociedade. Entretanto, não podemos deixar de levar em consideração que ainda há muito a fazer, muito a transformar e muito a conquistar para que as pessoas com deficiência tenham de fato seus

direitos respeitados e sejam realmente inclusas e aceitas por toda a e na sociedade.

A história da atenção à pessoa com necessidades educacionais especiais tem se caracterizado pela segregação, acompanhada pela consequente e gradativa exclusão, sob diferentes argumentos, dependendo do momento histórico focalizado. (BRASIL/MEC, p. 07, 2000).

Muitos e diversificados foram os momentos históricos em que as pessoas com deficiência tiveram seus direitos desrespeitados, foram vistas como demoníacas possuídas por espíritos ruins, maltratadas, segregadas, excluídas e muitas vezes exterminadas pelo abandono a que eram submetidas, sem que isso causasse qualquer tipo de constrangimento ético ou moral, pois, esta foi a cultura existente por um longo período da história da humanidade.

Somente a partir do século XVI começaram a surgir novas ideias em relação às pessoas com deficiência, as quais foram se transformando gradativamente, passando pela ideia das causas naturais em que foi tratada através da alquimia; tese da organicidade, sendo proposto o tratamento médico e tese do desenvolvimento por meio da estimulação propondo muito lentamente ações de ensino, tendo este ocorrido com maior força do século XVIII em diante. Neste momento, surgem, então, os paradigmas da institucionalização, dos serviços, de suporte, a partir dos quais a visão e compreensão da deficiência e das pessoas deficientes vão se transformando, bem como, os métodos e as práticas utilizadas no tratamento a elas dispensado.

No âmbito da educação, a opção política pela construção de um sistema educacional inclusivo vem coroar um movimento para assegurar a todos os cidadãos, inclusive aos com necessidades educacionais especiais, a possibilidade de aprender a administrar a convivência digna e respeitosa numa sociedade complexa e diversificada. (BRASIL/MEC, p. 20, 2000).

As transformações sofridas pela humanidade ao longo da história foram muitas e com elas vieram também, as mudanças na organização da sociedade, no modo de vida das pessoas, na maneira como lidam entre si, assim como na maneira de ver e compreender o diferente, de compreender e conviver com a diversidade, procurando olhar o outro como um ser dotado de

humanidade, capacidades e habilidades e não vê-lo apenas por sua deficiência, mas além dela.

Apesar dos percalços enfrentados a inclusão escolar está acontecendo aos poucos, e com ela vem ocorrendo mudanças no que diz respeito à visão que se tinha das pessoas com deficiência, as quais atualmente são atendidas no ensino regular e nas SRM, havendo ainda um longo caminho a ser trilhado para que o atendimento aos alunos inclusos de fato atenda ao estabelecido nos diversos documentos elaborados ao longo da história da Educação Especial que em muito contribuíram para que a mesma fosse garantida a todas as pessoas com deficiência, TGD e altas AH/SD, como por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que em seu artigo 7º nos traz que “Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei. Todos têm direito a proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.”; a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), que proclamam que a educação é direito fundamental de todos, criança, jovem e adulto, sendo necessário assegurar-lhes a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, lembrando que, as pessoas são únicas, possuindo características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem específicas, as quais precisam ser levadas em consideração no processo de ensino e aprendizagem. A Constituição Federal de 1988 que assegura em seus artigos 205 e 208:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II – progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006);

V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009), §1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. § 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente. § 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola. (BRASIL/MEC, p. 107-108, 2015.)

Destacamos também a Declaração Internacional de Montreal Sobre Inclusão (2001), Decreto de nº 3.956 de 8 de outubro de 2001 que trata da Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência, reafirmando que “todos os seres humanos nascem livres e são iguais em dignidade e direitos”, devendo portanto lhes ser assegurado o acesso igualitário a todos os espaços da vida em sociedade e as liberdades fundamentais das pessoas. A Lei nº 13.146, de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. Ressaltamos aqui que a inclusão escolar não depende só de aspectos legais, políticos e estruturais para que de fato se efetive, mas também de maior empenho e comprometimento de todos os profissionais envolvidos no trabalho educativo a ela destinado, os quais precisam se preparar para trabalhar com este alunado, buscando possibilitar-lhes o acesso aos conhecimentos e o desenvolvimento de suas habilidades.

A educação inclusiva tem sido caracterizada como um “novo paradigma”, que se constitui pelo apreço à diversidade como condição a ser valorizada, pois é benéfica à escolarização de todas as pessoas, pelo respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e pela proposição de outras práticas pedagógicas, o que exige ruptura com o instituído na sociedade e, conseqüentemente, nos sistemas de ensino. (MANTOAN, p.40, 2006)

O trabalho educativo precisa ser desenvolvido de maneira a suprir as necessidades dos mais diferentes alunos com os quais lidamos

cotidianamente. Entretanto, para a realização do trabalho com os alunos com deficiência, TGD e AH/SD, incluso no ensino regular, o professor precisa adquirir conhecimentos teóricos e práticos que acrescentem em sua ação pedagógica, metodologias diversificadas, respeitando a individualidade dos sujeitos, aprendendo a lidar com diferentes ritmos de aprendizagem e compreendendo que alunos com um mesmo diagnóstico apresentam desenvolvimento e comportamentos diferentes, não esperando que os mesmos ajam e se comportem de um único modo.

Apesar do tema referente à inclusão escolar estar há décadas em discussão, ainda há muito a ser feito, para que de fato os alunos incluso tenham seus direitos respeitados, pois as dificuldades apresentadas pelos professores da sala comum no atendimento aos alunos com deficiência, TGD e AH/SD são muitas. No entanto, torna-se imprescindível que os envolvidos no trabalho com estes alunos compreendam a importância da realização de um trabalho coeso e compromissado entre a equipe pedagógica, os professores das SRM e os professores da sala comum.

...é fundamental que o professor da classe comum seja orientado à busca de novas práticas educativas. Por sua vez, os professores da Educação Especial, por serem especializados e por acumularem conhecimentos no trabalho pedagógico, devem atuar como apoio aos professores das diferentes disciplinas na escolarização desses educandos no contexto comum de ensino. (SEED - PARANÁ, 2011)

Importante então buscar caminhos para a promoção do enriquecimento e aprimoramento do trabalho educativo de forma a melhor articular as atividades desenvolvidas pelos professores das SRM, dos professores das salas de aula comum e dos integrantes da equipe pedagógica.

Todavia, algumas questões nos instigam a cada dia no que diz respeito à inclusão escolar, entre as quais citamos: como desenvolver no interior das unidades escolares um trabalho educativo bem articulado e coeso entre os diferentes profissionais que ali atuam, mais especificamente os professores das SRM, os professores das salas de aula comum e a equipe pedagógica, de forma a garantir o respeito à diversidade, a promoção da aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades dos alunos com ou sem deficiência ali atendidos?

Tendo em vista a inclusão escolar de alunos com deficiência, TGD e AH/SD na rede regular de ensino, espaço este onde os mais diferentes sujeitos se encontram, os quais apresentam diferentes ritmos, níveis, formas de aprendizagem e particularidades específicas, precisamos nos preocupar com a necessidade cada vez mais urgente da adoção de um olhar um tanto quanto mais humanizado, preparado e mais especializado para lidar com tal diversidade. Ao falarmos em alunos de inclusão devemos ter claro que:

A ênfase deve recair sobre a identificação de suas possibilidades, culminando com a construção de alternativas para garantir condições favoráveis à sua autonomia escolar e social, enfim, para que se tornem cidadãos de iguais direitos. (MANTOAN, p. 40, 2006)

Ressaltamos que para a efetivação da inclusão escolar é preciso garantir aos profissionais da educação o devido preparo para lidar com as mais variadas situações que se lhes apresentam no ambiente escolar, munindo-os de conhecimentos e estratégias para o atendimento dos alunos com deficiência, TGD, AH/SD, preparando-os para a realização de um trabalho colaborativo e para a adoção de metodologias e intervenções pedagógicas que de fato atendam às especificidades dos diferentes sujeitos com os quais trabalham.

Para que o trabalho colaborativo da SRM e das diferentes disciplinas ocorra com sucesso, é necessário que os profissionais envolvidos mantenham um diálogo constante, somem suas responsabilidades quanto ao processo de ensino, e após conhecer as necessidades e potencialidades do aluno, estabeleçam objetivos comuns a serem alcançados, como possibilitar o acesso e a flexibilização curricular, a avaliação diferenciada, a organização de metodologia e estratégias pedagógicas, de forma a atender às necessidades educacionais especiais dos educandos. (SEED - PARANÁ, 2011)

É necessário ainda, ao pensar uma escola realmente inclusiva, que façamos uma análise mais aprofundada da realidade escolar, buscando sempre que possível o desenvolvimento de um trabalho que promova os relacionamentos ali estabelecidos, bem como, proporcione uma melhor articulação do trabalho realizado pelos professores das SRM, professores das salas de aula comum e equipe pedagógica.

3. ANÁLISE DE INFORMAÇÕES COLETADAS

Para o desenvolvimento do presente trabalho realizou-se a leitura e análise dos artigos “Professores do Atendimento Educacional Especializado e a Organização do Ensino para o Aluno com Deficiência Intelectual”, elaborado por Fantacini e Dias (2015); “Professores de AEE e Professores de Sala de Aula Regular: Articulações, Avaliações e Efeitos sobre o Ensino-Aprendizagem de Alunos Incluídos”, elaborado por Pinheiro e Duarte (2014); “O Professor da Educação Especial do Município de Pinhais Frente ao Trabalho das Salas de Recursos Multifuncionais: A Efetivação do Atendimento Educacional Especializado – AEE” de Rocha (2011); “Relação do Atendimento Educacional Especializado no e com o Ensino Regular: Uma Parceria mais que Especial” de autoria de Mayca (2011); de documentos legais como a: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994), a Constituição Federal de 1988, LDB nº9394/96, a Declaração Internacional de Montreal Sobre Inclusão (2001), Decreto de nº 3.956 de 2001, Marcos Político-Legais da Educação Especial (2010), a Lei nº 13.146, de 2015, entre outros. Contamos ainda com as contribuições dadas por Stainback & Stainback (1999) e, Mantoan (2006).

Através das leituras mencionadas acima, evidenciamos a necessidade premente da organização do AEE de forma que atenda às necessidades pedagógicas dos alunos por ele atendidos, bem como a especificidade dos casos; a importância dos professores serem preparados para trabalhar com as necessidades educacionais dos alunos de inclusão, recebendo orientações sobre a utilização dos materiais pedagógicos disponíveis, das estratégias a serem adotadas durante as aulas e avaliações, assim como, das adaptações que se fizerem possíveis e necessárias e, da realização de um trabalho colaborativo entre os professores da sala regular e das SRM e equipe pedagógica; os benefícios da convivência com os alunos com deficiência, TGD, AH/SD para todos os alunos, considerando as atitudes positivas e de respeito às diferenças que são desenvolvidas a partir de tal convívio; orientação do professor do AEE aos professores da sala regular e às famílias dos alunos em relação às estratégias, materiais e recursos a serem utilizados com os

mesmos; e a responsabilidade e compromisso da gestão escolar com o processo de inclusão escolar dos alunos público alvo da educação especial.

Destaca-se também a importância do respeito à diversidade existente, visto que as comunidades, o alunado e os recursos disponíveis são diferentes, o que torna cada escola quase peculiar na sua forma de funcionamento.

Torna-se imprescindível desmistificar a crença comum de que o aluno com deficiência é apenas da Educação Especial, mas sim de toda a escola, bem como, a necessidade de se romper com as barreiras ainda existentes entre os professores das SRM e da sala regular de ensino, sendo este o grande desafio a ser superado para a construção de uma escola inclusiva que de fato atenda a todos os alunos com ou sem deficiência.

Foram levantados alguns questionamentos, considerados de fundamental importância para o desenvolvimento de um trabalho colaborativo e comprometido com o processo de ensino e aprendizagem dos alunos de inclusão, entre eles a função desempenhada pelo professor do AEE que precisa ser melhor compreendida pelos profissionais da educação que atuam diretamente com tais alunos, fazendo-se necessário em primeiro lugar, termos clareza sobre o que constitui o AEE/SRM existente na rede regular de ensino, o qual está muito bem definido pelo Decreto Federal nº 7.611/11, em seu § 1º do Art. 2º, alíneas I e II como sendo:

(...) conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas: I - complementar a formação dos alunos com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento, como apoio permanente e limitado, no tempo e na frequência dos estudantes às Salas de Recursos Multifuncionais, doravante denominadas pela sigla SRM; ou II - suplementar a formação de alunos com Altas Habilidades/ Superdotação. (SEED - PARANÁ, 2011)

Destacamos que no Estado do Paraná, além do atendimento educacional especializado ofertado comumente, são assegurados atendimento “aos alunos com transtornos funcionais específicos, organizado na SRM, Professor de Apoio à Comunicação Alternativa (PAC), Professor de Apoio Educacional Especializado (PAEE) e Tradutor e Intérprete de LIBRAS (TILS), Guia Intérprete e Professor Itinerante”.

Com base nos documentos estudados constata-se que o professor do AEE refere-se ao profissional que trabalhará com os alunos com deficiência, TGD, AH/SD na SRM, devendo possuir para tanto os conhecimentos teóricos e práticos imprescindíveis para a realização de um trabalho que realmente atenda às necessidades de tais alunos, entre os quais podemos citar: conhecer as diferentes deficiências e dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos diferentes sujeitos aos quais irá atender; conhecer as implicações de tais deficiências e dificuldades no desenvolvimento e no processo de ensino aprendizagem da criança; trabalhar com metodologias diferenciadas que promovam a aprendizagem dos alunos; fazer uso das estratégias pedagógicas possíveis para trabalhar as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos; preparar juntamente com a equipe pedagógica e demais professores as adaptações curriculares que se fizerem necessárias dentro das diferentes disciplinas para a realização de um trabalho que atenda a todos os envolvidos; identificar os desafios a ser superados no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência, TGD, AH/SD, propondo quando preciso as complementações curriculares, a avaliação adequada, o planejamento e implementação de ajustes curriculares de pequeno e grande porte e orientar os professores da sala regular quanto ao atendimento aos alunos público alvo da Educação Especial presentes na rede regular de ensino, junto aos colegas ditos “normais”, buscando a promoção de sua inclusão escolar.

Caberá então ao professor do AEE proporcionar ao aluno foco da Educação Especial os meios para compreender e ultrapassar suas limitações, superar suas frustrações, reforçando assim sua identidade e construindo a base de sua futura aprendizagem, oportunizando-lhe o desenvolvimento de suas capacidades básicas, a fim de garantir-lhe a autonomia plena, a participação e a consciência de si como um indivíduo com capacidades e limitações como qualquer outro indivíduo. Para tanto, o professor do AEE deverá dominar os conteúdos da Educação Especial, conhecer os diferentes encaminhamentos a serem adotados no trabalho com os alunos com deficiência, TGD e AH/SD, buscando o fortalecimento das relações e as parcerias com os professores das salas regulares, assim como com a família dos alunos público alvo da Educação Especial.

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (MEC -Brasília, p. 40, 2015)

Como evidenciado anteriormente, é indispensável o devido preparo do profissional que irá atender aos alunos de inclusão na rede regular de ensino, já que ele será o responsável pelo desenvolvimento de um trabalho que de fato ajude a preparar o aluno para as futuras aprendizagens, tornando-o autônomo e participativo nas atividades escolares e nas atividades cotidianas.

Diferentemente do professor da sala de aula comum que trabalha com os conteúdos das diferentes disciplinas, distribuídos dentro de cada série/ano, o professor do AEE trabalhará com metodologias as mais diversificadas na tentativa de suprir as necessidades educacionais especiais dos diferentes sujeitos com os quais trabalha, eliminando ou minimizando ao máximo as barreiras surgidas no ambiente escolar, familiar e ou social, sendo necessário que o mesmo busque constantemente aprimorar seus conhecimentos.

Torna-se, portanto, fundamental que o professor especializado tenha o domínio dos conhecimentos teóricos e práticos relacionados ao atendimento dos alunos com deficiência, TGD e AH/SD, possibilitando-lhes a aquisição de sua autonomia tanto dentro como fora do ambiente escolar, assim como, condições reais de orientar os professores atuantes na sala regular no que diz respeito à adoção de estratégias e metodologias que de fato atendam às necessidades apresentadas pelos alunos. Importante também, a busca de uma melhor articulação entre os professores da sala regular, os professores do AEE e a equipe pedagógica, tendo em vista, o enriquecimento do processo de ensino e aprendizagem e a garantia da qualidade da educação ofertada.

Faz-se necessário que o trabalho destinado aos alunos com deficiência, TGD, AH/SD leve em consideração suas potencialidades e capacidades, buscando desenvolver ao máximo suas habilidades nas mais diferentes áreas, preparando-os para a aquisição de novos conhecimentos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensando a escola como esta se apresenta nos dias atuais, constata-se que um dos problemas que a aflige no tocante à inclusão escolar está diretamente ligado à necessidade de uma melhor articulação do trabalho pedagógico desenvolvido pelos profissionais que trabalham diretamente com os alunos com deficiência, TGD e AH/SD, inclusos no ensino regular. Entretanto, para a realização de um trabalho educativo que de fato garanta a todos os alunos o tão mencionado direito à educação, torna-se fundamental, repensar e reorganizar a articulação do trabalho pedagógico desenvolvido no ambiente escolar pelos professores das SRM, professores das salas de aula comum e equipe pedagógica para que os alunos de inclusão sejam atendidos tendo respeitadas suas limitações e necessidades, garantindo aos mesmos sua real inclusão e assegurando-lhes atendimento educacional de qualidade.

Destacamos como meio para a reorganização do trabalho pedagógico desenvolvido no colégio, a oferta de formação continuada, a formação e realização de grupos de estudo envolvendo os professores das SRM, professores da sala regular, equipe pedagógica e gestão escolar com o intuito de trocar conhecimentos e experiências, buscar as metodologias, estratégias e caminhos que levem a um melhor desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem destinado a todos os alunos.

Outro ponto importantíssimo diz respeito à elaboração e execução de ações pedagógicas destinadas aos alunos com deficiência, TGD e AH/SD inclusos na rede regular de ensino, fazendo-se necessário garantir através do Projeto Político Pedagógico a realização de momentos de estudo, análise, reflexão e troca de experiências entre o corpo docente e os diferentes profissionais que atuam com os sujeitos público alvo da Educação Especial sobre questões referentes à inclusão escolar e do direito de todos à educação.

Evidencia-se a urgência dos profissionais da educação se conscientizarem da necessidade de se respeitar o direito à educação dos alunos de inclusão, para tanto, tais profissionais precisam aprimorar seus conhecimentos, renovar suas metodologias e práticas pedagógicas, buscando novos caminhos para que seu trabalho seja realizado pensando o sucesso escolar e o bom desempenho de seus alunos, sejam eles de inclusão ou não.

O professor do AEE poderá contribuir de maneira significativa para o desenvolvimento do trabalho educativo à medida que colocar em prática os conhecimentos teóricos que se fazem necessário ao desempenho de sua função, promovendo o contato e o reconhecimento por parte dos professores da sala regular de ensino dos recursos didáticos disponíveis para a realização de um trabalho de qualidade junto aos alunos com deficiência, TGD, AH/SD.

Todavia, para que tal trabalho seja possível, é imprescindível a adoção de políticas públicas sérias e compromissadas voltadas para a Educação Especial Inclusiva que de fato assegurem tanto o direito dos diferentes sujeitos à educação e educação com qualidade, como as condições mínimas necessárias para a formação dos profissionais da educação, bem como, os recursos humanos e estruturais indispensáveis para a realização de um trabalho que atenda a todos.

E por último, conforme os documentos analisados: artigos “Professores do Atendimento Educacional Especializado e a Organização do Ensino para o Aluno com Deficiência Intelectual”; “Professores de AEE e Professores de Sala de Aula Regular: Articulações, Avaliações e Efeitos sobre o Ensino-Aprendizagem de Alunos Incluídos”; “O Professor da Educação Especial do Município de Pinhais Frente ao Trabalho das Salas de Recursos Multifuncionais: A Efetivação do Atendimento Educacional Especializado – AEE”; “Relação do Atendimento Educacional Especializado no e com o Ensino Regular: Uma Parceria mais que Especial”; os documentos legais: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994), a Constituição Federal de 1988, LDB nº9394/96, a Declaração Internacional de Montreal Sobre Inclusão (2001), Decreto de nº 3.956 de 2001, Marcos Político-Legais da Educação Especial (2010), a Lei nº 13.146, de 2015, entre outros. As contribuições dadas por Stainback & Stainback (1999) e Mantoan (2006) concluímos que a reestruturação da escola torna-se imprescindível para que ela tenha reais condições de atender e de acompanhar as mudanças que ocorrem cotidianamente na sociedade e com isso no ambiente escolar, pois precisamos aceitar as diferenças e aprender não só a conviver com elas, mas a respeitá-las, para que, realmente consigamos alcançar o objetivo almejado no tocante à educação inclusiva, isto é, construir uma “educação para todos, que

atenda a todos” (grifos meus), sem fazer distinção entre alunos ditos “normais” e alunos com deficiência, TDG e AH/SD.

Ressaltamos que a função desempenhada pelo professor do AEE não se resume apenas na realização das atividades desenvolvidas na sala regular, mas em preparar o aluno para inserir-se no mundo, seja ele no ambiente escolar ou fora dele, possibilitando ao máximo o desenvolvimento de suas habilidades. Também é de sua responsabilidade a orientação aos professores da sala de ensino comum a fim de possibilitar-lhes o contato e o reconhecimento de práticas pedagógicas que favoreçam a compreensão dos conteúdos pelos alunos inclusos, facilitando assim o desenvolvimento de atividades práticas que atendam às suas necessidades.

É fundamental promover a articulação do trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores das SRM, dos professores da sala de aula regular e equipe pedagógica, a fim de torná-lo mais coeso e produtivo, buscando garantir aos mais diferentes sujeitos o respeito às suas especificidades e o atendimento às suas necessidades peculiares de aprendizagem. Para tanto, faz-se necessário a adoção de estratégias que favoreçam a troca de experiências e conhecimentos entre os diferentes profissionais que atuarão com os alunos inclusos na rede regular de ensino, tendo em vista a promoção da efetivação da inclusão escolar, garantindo a todos os alunos, sejam eles deficientes ou não, o acesso ao conhecimento e a participação na construção de sua aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA

BLAZIN, Damares Tomasin. **Diretrizes para elaboração de trabalhos científicos – Normas da ABNT e aspectos gráficos**. Londrina: Ed. Unifil, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 30/03/2016.

_____. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao

Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Presidência da República, Brasília, DF, 17 de setembro de 2008. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-010/2008/decreto/d6571.htm>

Acesso em: 31/03/2016.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB (Lei nº 9394/96) de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: 30/03/2016.

_____. MEC/SEESP: Política Nacional de Educação Especial Na Perspectiva da Educação Inclusiva. Ministério da Educação, Brasília, DF, 07 de Janeiro de 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>> Acesso em: 08/04/2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010. 72 p.

_____. Orientações para a Implementação da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Ministério da Educação: Secretaria de Educação Especial, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1723_7-secadi-documento-subsidiario-2015&category_slug=marco-2015-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 08/04/2016.

_____. **Parecer nº 17/2001, de 03 de Julho de 2001**. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf> Acesso em: 08/04/2016.

_____. Presidência da República, **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. DOU de 23.12.2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 15/05/2016.

_____. Presidência da República, **Decreto nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em: 15/05/2016.

_____. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Ministério da Educação: Conselho Nacional da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>> Acesso em: 08/04/2016.

_____. Resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Ministério da Educação: Conselho

Nacional de Educação. Disponível em: <
http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf> Acesso em: 31/03/2016.

_____. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Ministério da Educação: Conselho Nacional de Educação, Brasília, DF. Disponível em: <
http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf> Acesso em: 08/04/2016.

DIAS, T. R. da S.; FANTACINI, R. A. F. **Professores do Atendimento Educacional Especializado e a Organização do Ensino para o Aluno com Deficiência Intelectual**. Revista Brasileira de Educação Especial (On-line) http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382015000100057&lng=pt, Acesso em 16/01/2016.

DUARTE, S. M. de S.; PINHEIRO, D. **Professores de AEE e Professores de Sala de Aula Regular: Articulações, Avaliações e Efeitos sobre o Ensino-Aprendizagem de Alunos Incluídos**. http://www.sbece.com.br/resources/anais/3/1429988954_ARQUIVO_Sbece2015_DaianeSabrina.pdf, 2014. Acesso em 16/01/2016.

EDLER Carvalho, Rosita. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

KARAGIANNIS, A; STAINBACK, W; STAINBACK, S. **Fundamentos do Ensino Inclusivo**. In: _____. **Inclusão: um guia para educadores**. Tradução LOPES, M. F. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MANTOAN, Maria Teresa. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo, Summus, 2006.

MAYCA, F. G. **Relação do Atendimento Educacional Especializado no e com o Ensino Regular: Uma Parceria mais que Especial**. COEB, 2012 http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/13_02_2012_10.58.21.a7ed894b523c3b9efd371b1a484c2739.pdf Acesso em 16/01/2016.

PARANÁ, **Organização do trabalho pedagógico especializado nas escolas da rede pública estadual de ensino**. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Especial. Curitiba, 2011.

Projeto Escola Viva - **Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais**, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, C327 2000 I 96p.: il.

ROCHA, L. M. da. **O Professor da Educação Especial do Município de Pinhais Frente ao Trabalho das Salas de Recursos Multifuncionais: A Efetivação do Atendimento Educacional Especializado – AEE**. 2011.

Disponível em:
www.pinhais.pr.gov.br/aprefeitura/secretariaseorgaos/educacao/seminario/uploadAddr

[ess/Comunica%C3%A7%C3%A3o%20Oral-Louize%20Mari%20da%20Rocha%5B3348%5D.pdf](#). Acesso em 16/01/2016.

UNESCO, **CONVENÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001.** Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm. Acesso em: 07/05/2016.

UNESCO, **Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão.** Aprovada em 5 de junho de 2001 pelo Congresso Internacional " Sociedade Inclusiva", realizado em Montreal, Quebec, Canadá. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_inclu.pdf. Acesso em: 07/05/2016.

UNESCO, **Declaração Mundial sobre Educação para Todos.** Conferência de Jomtien – 1990. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm. Acesso em 15/05/2016.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília, CORDE, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 15/05/2016.